



SEÇÃO LIVRE

“Os senhores da floresta”: impressões sobre os indígenas na imprensa de Blumenau/SC

“The Lords of the Forest”: impressions on the indians in the press

“Los señores del bosque”: impresiones sobre los indígenas en la prensa”

Cintia Régia Rodrigues¹

orcid.org/0000-0003-3319-3702
crrodrigues@furb.br

Recebido em: 14/05/2019.

Aprovado em: 30/07/2019.

Publicado em: 30/04/2021.

Resumo: O presente trabalho visa apresentar os discursos produzidos sobre os indígenas em Santa Catarina através da imprensa, sobretudo na imprensa de Blumenau/SC, no contexto da criação do SPILT (Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais), que é inaugurado em 1910 pelo governo federal. O jornal pesquisado foi o *Der Urwaldsbote* no recorte temporal de 1910 a 1914. Os jornais são fontes históricas, desta forma, devem ser entendidos como uma das ferramentas pelas quais a sociedade analisa e reformula suas ideias, portanto, produz discursos numa determinada época e contexto. O artigo analisa como os indígenas foram percebidos na imprensa no limiar da elaboração e da implementação de uma política nacional para a questão indígena, concomitantemente com o progresso que estava em marcha no país e a questão da imigração e colonização.

Palavras-chave: Indígenas. Política Indigenista. Imprensa.

Abstract: The present work aims to present the discourses produced on the natives in Santa Catarina through the press, especially in the press of Blumenau / SC, in the context of the creation of SPILT (Service of Protection to the Indian and Location of National Workers), which was inaugurated in 1910 by the federal government. The newspaper was the *Der Urwaldsbote* in the time cut from 1910 to 1914. Newspapers are to be apprehended as historical sources, not as an “expression of the truth” of an age or as impartial conductors in the “transmission of information”, but as one of the instruments by which society interprets and re-elaborates their perceptions, therefore produces speeches. The article analyzes how indigenous people were perceived in the press at the threshold of the elaboration and implementation of a national policy for the indigenous issue, concomitantly with the progress that was under way in the country and the issue of immigration and colonization.

Keywords: Indigenous. Politics indigenist. Press.

Resumen: El presente trabajo pretende presentar los discursos producidos sobre los indígenas en Santa Catarina a través de la prensa, sobre todo en la prensa de Blumenau / SC, en el contexto de la creación del SPILT (Servicio de Protección al Indio y Localización de Trabajadores Nacionales), que se inaugura en 1910 por el gobierno federal. El periódico investigado fue el *Der Urwaldsbote* en el recorte temporal de 1910 a 1914. Los periódicos deben ser incautados como fuentes históricas, no como “expresión de la verdad” de una época o como conductores imparciales en la “transmisión de información”, sino como uno de los instrumentos por los cuales la sociedad interpreta y reelabora sus percepciones, por lo tanto produce discursos. El artículo analiza cómo los indígenas fueron percibidos en la prensa en el umbral de la elaboración y de la implementación de una política nacional para la cuestión indígena, concomitantemente con el progreso que estaba en marcha en el país y la cuestión de la inmigración y colonización.

Palabras clave: Indígenas. Política indigenista. Prensa.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, Brasil.

Introdução

Este artigo propõe uma reflexão em relação aos discursos produzidos pela imprensa acerca das populações indígenas em Santa Catarina, a partir do *Jornal Der Urwaldsbote*,² na conjuntura de implementação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) no Brasil e as discussões em torno da imigração e colonização. Para a realização dessa pesquisa analisou-se as transcrições para o português do *Jornal* em questão, pois o *Der Urwaldsbote* era publicado, originalmente, em língua alemã. As traduções fazem parte do acervo do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, situado na cidade de Blumenau/SC.

O estudo da imprensa é uma fonte valiosa para as análises e reinterpretações da história, inter-relacionando-se com as práticas culturais, sociais, políticas, econômicas, de diversos grupos que são representados na sociedade. Segundo o autor Clifford Geertz em "A interpretação das culturas", "[...] no fundo da base fática, a rocha dura, se é que existe uma, de todo empreendimento, nós estaríamos sempre explicando e, o que é pior, explicando explicações" (GEERTZ, 1990, p. 19), quer dizer, é ilusório imaginar que existem documentos isentos de opiniões, pois toda descrição já é, sim, uma reinvenção, interpretação.

Usufruindo da linguagem, a imprensa tem a capacidade de determinar valores morais, pode incendiar paixões políticas, classificar, justificar categorias e grupos sociais. Isso é "um ato de poder", como se encontra em Bourdieu (BOURDIEU, 1998). Por conseguinte, percebe-se que a ela detinha "poder" perante a sociedade, não pela violência, pois não deve ser vista apenas como um elemento de controle e repressão, mas também como uma "força" que gera ponderações, conduz ao deleite, de maneira que elabora opiniões e produz discursos. O discurso é considerado histórico quando "produz em condições determinadas e projeta-se no futuro, mas também é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos

acontecimentos" (ORLANDI, 1990, p. 35).

Destarte, Schaff, (1995) afirma que o conhecimento é um processo em que existe um sistema de referências, ocorrendo a seleção ou reunião de fatos, assim, os grupos, os sujeitos constroem percepções de determinados contextos. Logo, é oportuno salientar que a interpretação das informações adquiridas na imprensa também está condicionada aos significados que se detém, dependendo de onde o indivíduo esteja posicionado socialmente, posto que os grupos formam consensos, que por sua vez formarão o tecido social mais amplo com suas concordâncias e suas inquietudes.

1 A questão indígena no pairar da República

Antes da criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), o Governo Federal, organizado em uma federação, encarregava os Estados sobre as questões referentes aos indígenas.³ Porém, não estava totalmente desatento, ainda que a maioria dos problemas em relação aos indígenas fossem mais debatidos em níveis estaduais, que também passam a fiscalizar a situação das terras devolutas.

De certa forma, todos os Ministérios Federais estiveram comprometidos com os assuntos referentes às populações nativas, principalmente no que tange às discordâncias advindas da questão fundiária, ligadas diretamente à questão indígena. Ainda, com a Constituição de 1891, a responsabilidade em tratar da localização e recepção dos imigrantes fora transferida para os governos estaduais.

Neste cenário, eram constantes os confrontos entre os colonos e os indígenas em regiões de imigração, nesse caso, na região sul do país. Isso porque, uma vez que, com o término da escravidão no Brasil, os imigrantes eram os trabalhadores em potencial, sendo que muitos adquiriram terras junto ao Governo Federal, passando por cima de regiões que eram habitadas por índios.

² A presente pesquisa está relacionada ao projeto intitulado "As Imagens do Índio na Imprensa Blumenauense", financiada por bolsa de iniciação científica PIBIC/CNPq.

³ Pode-se dizer que o índio é um objeto socialmente construído, pois quando da chegada à América, os europeus atribuíram aos povos nativos da terra, ou autóctones a denominação "índios", acreditando estarem nas Índias. Essa imagem homogeneizante, que desconhece a diversidade dos povos americanos foi construída constantemente ao longo do tempo, desde os primórdios da colonização. Portanto, sob a categoria "indígena", encontram-se diferentes grupos étnicos.

Afinal, os indígenas não eram entendidos como trabalhadores em potencial, pois, devido ao seu modo de vida, não eram vistos como preparados para se juntar às fileiras da expansão da sociedade nacional, pelo menos até a efetiva instalação do SPILTN. Como já sinalizado anteriormente eram constantes notícias as tensões entre nativos e colonos pelo Brasil:

A expansão econômica, que ampliava as fronteiras de atuação do capital, começava a ocupar – através das fazendas de café, da pecuária e da borracha, do telégrafo e das ferrovias, das vilas e dos povoados – territórios assinalados nas cartas geográficas como desconhecidos. Nessas áreas habitavam grupos indígenas que haviam resistido obstinadamente ao contato com a civilização, e que, naquele momento, se acham encurralados. Nessas circunstâncias, a saída natural era a luta armada, porque os índios, donos inquestionáveis das terras, atacavam os colonos que nelas se estabeleciam; os colonos convencidos da idéia de que eram agentes do progresso, contra-atacavam, criando um estado de pavor que se alastrava [...] (GAGLIARDI, 1989, p. 174).

Neste contexto de contínuos conflitos em torno da questão de terras e avanço das fronteiras agrícolas, é fundamental destacar que, na perspectiva dos povos indígenas, o conceito de território significa um lugar "de dimensões sócio-político-cosmológicas mais amplas" (SEEGER; CASTRO, 1979, p. 104) e não apenas um local onde se extrai os recursos para subsistência a partir do trabalho agrícola. Sendo assim, as relações com a natureza, o ambiente, se entrelaçam com os processos culturais das sociedades indígenas.

Stauffer (1960-1961) afirma que os primeiros anos da República foram caracterizados por uma aceleração do avanço fronteiriço, através do país inteiro, sendo que largas áreas de terras potencialmente agricultáveis foram tiradas à força dos índios. Ele ainda enfatiza que a marcha colonizadora para o Oeste não representava uma penetração tão rápida ou profunda do interior como as comissões de limites, as ferroviárias e telegráficas, e as expedições etnológicas e geográficas (STAUFFER, 1960-1961, p. 435). O autor

atesta que o progresso estava em percurso no país, principalmente se referindo a construção de ferrovias, mas para "tal desenvolvimento exigiu ou a cooperação do índio ou seu afastamento das regiões que deviam ser exploradas". Deste modo, "[o] massacre de índios que constituíam uma ameaça ao avanço do branco tornou-se prática normal [...]" (STAUFFER, 1960-1961, p. 452).

Devemos ter presente que, em função dos constantes conflitos entre índios e colonos, o Governo Federal procurou amenizar estes confrontos a partir da efetivação deste órgão (SPILTN) e, também, ceder a setores da sociedade, como os positivistas, que protestavam quanto às condições dos indígenas. Neste âmbito, os positivistas foram de extrema importância, uma vez que ergueram a bandeira em favor da causa indígena a partir de seus preceitos.

Os positivistas estão baseados no evolucionismo humanista de Augusto Comte, propugnavam pela autonomia das nações indígenas na certeza de que, uma vez libertas de pressões externas e amparadas pelo Governo, evoluiriam espontaneamente. O Comtismo postulava a "Lei dos Três Estados",⁴ segundo a qual a humanidade passara pelas etapas: teológica (que se dividia em três idades sucessivas: a fetichista, a politeísta e a monoteísta), a metafísica e a positiva.

Teixeira Mendes analisa a importância do positivismo, principalmente por ser o ideal comteano "a única doutrina que conduz, em virtude de seu relativismo altruísta e científico, independente de qualquer consideração sobrenatural, a respeitar a civilização fetichista" (MENDES, 1912, p. 7). Destaca a ideia de que a teoria, a partir da lei de três estágios (teológico, metafísico e positivo), alicerça as condições para integrar o indígena à sociedade nacional, naturalmente, dentro de sua própria vontade, ainda que este se encontre no estágio teológico⁵, mais precisamente na idade fetichista.

Para tanto, se daria condição aos nativos de evoluírem espontaneamente ao estágio positivo. Vale salientar que os estudos realizados acerca

⁴ Ver obras de Comte, principalmente: COMTE, 1934.

⁵ O estado teológico, segundo Comte, subdivide-se em três idades sucessivas; a primeira marcada pelo fetichismo, a segunda pelo politeísmo e a terceira pelo monoteísmo.

do fetichismo são sobre populações africanas, mas é possível estabelecer uma relação com as populações indígenas, visto que ambas se caracterizam pelo nomadismo e pela percepção fetichista dos fenômenos que presenciam.

Note-se que, em 1907, processa-se oficialmente a retomada do serviço de povoamento por parte do Estado Nacional. Dessa forma, ocorre uma ampliação da intervenção do Governo Federal nos assuntos referentes à questão da imigração, inaugurando as inspetorias de povoamento, mas conservando a articulação entre imigração e colonização (CARVALHO, 2009).

Concomitantemente, o SPILTN é instituído em 20 de junho de 1910 pelo Decreto nº 8.072, estabelecendo uma política de defesa e integração do nativo. Embora a intenção de se criar um serviço para catequese e civilização dos índios já havia sido demonstrada em 1906, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) (LIMA 1995). Seu regulamento seria aprovado em 1911, estabelecendo entre seus objetivos:

- a) prestar assistência aos índios do Brasil, que vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente como civilizados;
- b) estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananciais ou cursos de água e meios fáceis e regulares de comunicação, Centros Agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais [...] (BRASIL, 1910).

De acordo com as diretrizes expostas percebe-se que o indígena estava relacionado à categoria de trabalhador nacional, visto também que na própria denominação da agência, SPILTN, constava a dupla tarefa de proteger o índio e localizar trabalhadores nacionais. Assim, é possível perceber no próprio discurso dos agentes do Serviço, “[...] tendo-lhe sido acrescida esta última parte, no momento da criação, em razão do engrenamento do problema indígena com o do trabalhador sertanejo, pela seriação do selvagem, do pacificado [...]”, pretendia-se operar uma aproximação do indígena e do trabalhador nacional. (Brasil, 1917, p. 1 apud LIMA, 1995, p. 119-120).

Quanto a “proteção aos índios”, em conjunto com a “localização de trabalhadores nacionais”, compõe os dois lados da mesma moeda, segun-

do Maciel, pois “regulamenta as relações entre o trabalho e o acesso à terra, garantindo o controle estatal sobre o território e os deslocamentos populacionais [...]”. (MACIEL, 1998, p. 171). Além disso, conforme Lima, “a proteção oficial manteria ao longo de toda a existência do Serviço a intenção de transformar os nativos em pequenos produtores rurais capazes de se autossustentarem, apesar de distintas visões do ser indígena terem dado ensejo a diferentes construções discursivas” (LIMA apud CUNHA, 1992, p. 159). Desse enfoque, podese dizer que o nativo já “integrado” seria visto como um pequeno agricultor, mas aquele nativo não integrado era tido como um indivíduo infantil, devendo ser tutelado pelo Estado, para que fosse incorporado ao processo de modernização no qual o país estava mergulhando.

Com a criação do SPILTN, o Governo Federal deu início a uma nova era nas relações entre o índio e o Estado, e uma nova política indigenista foi construída. Dentro de um contexto de modernização do Estado Nacional, ele elabora o órgão de assistência aos nativos.

Assim, o SPILTN é um mecanismo criado com o objetivo de modernizar, de lançar as bases para o progresso, pois as populações autóctones eram consideradas obstáculos a isso, em meio ao processo de expansão das fronteiras agrícolas no país. As concepções que norteavam e amparavam a nova legislação indigenista, de 1910, fundamentavam-se na ideia de que a república brasileira deveria “resgatar as populações indígenas do extermínio a que estavam submetidas, desde os tempos coloniais, e colocá-las sob a sua égide” (GAGLIARDI, 1989, p. 226). Gagliardi ressalta que “o símbolo da nova orientação foi a substituição da palavra *catequese* para a palavra *proteção*” (GAGLIARDI, 1989, p. 226). No entanto, assentar os nativos sob a política indigenista nacional também significava extermínio, não físico, mas cultural.

A partir de Hartog (1999), podem ser feitas considerações acerca da elaboração da política indigenista no país nos primórdios do século XX. O contato de culturas, a europeia e as nativas, estabelece uma situação de civilizado e o “outro”, “a questão da alteridade levanta a da fronteira: onde passa a

cesura entre o mesmo e o outro" (HARTOG, 1999, p. 95). Deste modo, as propostas da política oficial para os nativos foram dispostas a partir da "fronteira".⁶

O Estado Nacional, imbuído de uma visão eurocêntrica, pretende trazer o "outro" para a civilização. Sahlins, refletindo sobre o estudo de uma cultura, diz que se entende uma determinada sociedade como um todo, analisando os elementos que fazem parte do seu universo e aqueles integrados, advindos de outras culturas (SAHLINS, 1997). Aqui pode-se fazer alusão à relação das culturas nativas com o Governo Federal, alicerçado nas interpretações construídas no contexto nacional sobre a cultura ocidental, estabelecidas desde o primeiro contato das populações nativas com os europeus.

Naquele contexto ocorreram tentativas de subjugar o "outro", afinal a cultura europeia era portadora da civilização, do desenvolvimento, da evolução. Mas, o "outro" em questão era o nativo, também portador de cultura. Então, a fronteira deve aqui ser interpretada como uma linha tênue entre a civilização e a barbárie, o moderno e o primitivo. Porém, em realidade, a fronteira era entre duas sociedades contemporâneas.

Tratando-se do estado de Santa Catarina, em especial no Vale do Itajaí, também é observada essa perspectiva em relação ao indígena, visto como um empecilho para o crescimento das colônias, como demonstraram os estudos de Santos e Wittmann (SANTOS, 1973; WITTMANN, 2007). O estado congrega, historicamente, distintos grupos étnicos, dentre eles, na região do Vale se destacam os Xokleng. Seus territórios originários se estendiam do sul do Paraná até o norte do Rio Grande do Sul.

Conforme evidencia Wittmann "o índio era o inimigo [...] enquanto os classificavam como selvagens/incivis, as pessoas de origem germânica autodenominavam-se portadores na cultura/civilizados". Desta forma, "[...] Os Xokleng eram percebidos como o inverso negativo de quem

elabora a retórica da alteridade: civilizado/selvagem [...] trabalhador sedentário/nômade vadio". (WITTMANN, 2007, p. 74).

2 Imprensa, a política federal para os índios e o contexto da colonização em Santa Catarina

Voltando-nos para Santa Catarina, é pertinente destacar que foi um dos espaços distintos pela política imigrantista empreendida na segunda metade do século XIX pelo governo imperial. No Vale do Itajaí⁷, que compreende também a cidade de Blumenau e regiões no entorno da capital, Florianópolis, floresceram colônias de imigrantes alemães, italianos, ou oriundos do Leste Europeu (CARVALHO 2009).

Em 1905, o governador Vidal Ramos associava diretamente o progresso atingido pelo estado às ex-colônias implantadas, pois a imigração era vista como o único caminho viável para o progresso da região. Destacava-se a importância dos imigrantes e no seu discurso estava perpetrada a ideia de que o imigrante estrangeiro era superior ao nacional. Dentre o grupo que era designado de "nacional" os nativos coexistiam com a população de origem luso-brasileira e mestiça, conforme foi observado anteriormente.

No que diz respeito à imprensa em Santa Catarina, os jornais se estabeleceram tardiamente em relação a outras Províncias, já que somente após a segunda metade do século XIX eles tomam fôlego. Em fins do século XIX e início do século XX, surge uma variedade e quantidade de veículos tanto em Desterro/Florianópolis como nas colônias alemãs de Blumenau e Joinville. Eles trariam a uma certa parcela da população o acesso às informações organizadas e elaboradas dentro dos critérios pelos quais se viam comprometidos como órgãos noticiadores. (ALVES, 2000).

No Jornal *Der Urwaldsbote*, dentre outros⁸ que se constituíram em locais onde se concentrava o processo de ocupação e o estabelecimento

⁶ Observar as obras de Frederik Barth acerca do tema: BARTH, 2000.

⁷ Compreende a região noroeste do estado de Santa Catarina.

⁸ Fundamental mencionar que O Jornal Blumenau Zeitung foi um importante veículo da imprensa de Blumenau e região, vigorou de 1881 a 1938, e esteve em constante embate com o Jornal *Der Urwaldsbote*, pois era favorável a "civilização" dos nativos objetivada pelo SPILT, elaborando um discurso mais amistoso em relação aos indígenas, principalmente através dos escritos de Hugo Gensh.

dos colonos, era frequente ver escritos sobre indígenas que se inscrevem de formas variadas. Um interessante estudo é trazido por Santos (2011) que trata das relações estabelecidas pelos imigrantes com a floresta, apresentando de que forma as ações das populações nativas eram interpretadas pelos colonos, como deveria ocorrer o desenvolvimento da colônia Blumenau e qual seria o lugar dos nativos nesse contexto.

Der Urwaldsbote,⁹ o mensageiro da selva, deve ser entendido como um instrumento pelo qual a sociedade elabora modelos e percepções de um dado contexto. O jornal, como fonte impressa, pode ser visto como instrumento na qual uma parte da sociedade produz os modelos de "índio", os quais são reflexão e, ao mesmo tempo, construção de um imaginário sobre os indígenas na sociedade blumenauense e também na região do Vale do Itajaí, pois o jornal em questão tinha repercussão na região.

Já no pairar do século XX, a imprensa de Santa Catarina evidenciava notável crescimento, movido pelo espaço cada vez maior que alcançava como órgão noticiador e gerador de expectativas (ALVES, 2000; SILVA, 1977). Em 1891, o pastor luterano Hermann Faulhaber elabora um novo semanário, intitulado *Der Urwaldsbote*, jornal que teve por alguns anos uma linha jornalística voltada para os interesses das comunidades Evangélicas do município, sem relegar as notícias regionais, nacionais e internacionais.

Com a entrada de Eugênio Fouquet, a partir da saída de Faulhaber em 1898, é dado um novo enfoque para o jornal, sendo tratadas também questões políticas da região. Fouquet esteve à frente do jornal por quase trinta anos, durante os quais "orientou o *Der Urwaldsbote*", de modo que ele passa a ter grande projeção na imprensa local e regional (SILVA, 1977, p. 30).

No ano de 1898 a Comunidade Evangélica, contrária à ampliação das discussões escritas, vende o jornal ao grupo Feddersen-Stutzer. A redação fica a cargo de G. A. Koeler. Fouquet, formado em direito na Alemanha e no país desde

1893, funda em 1900 a Volkverein (Associação Popular), agremiação de imigrantes que estavam interessados em participar da vida política da região. Ele aconselhava que os imigrantes se naturalizassem como cidadãos brasileiros, o que poderia auxiliar na participação política dos teuto-brasileiros (WITTMANN, 2007). Em 29 de agosto de 1941 circulou a última edição em língua alemã e, logo em sequência, o jornal deixou de circular.

Dentre os tópicos que foram amplamente discutidos no referido jornal, encontra-se a questão indígena, temas que tratam das relações estabelecidas entre indígenas e os colonos na região. Em seus escritos expressava com grande vigor suas ressalvas e uma certa incredulidade quanto aos esforços em colocar em prática a política em relação a eles, no contexto de efetivação do SPILTIN no estado e na região do Vale do Itajaí, além de ser favorável a medidas violentas, caso fosse necessário, para deter os avanços e ataques dos indígenas, sendo que recebeu duras críticas de outros jornais a partir de seus posicionamentos favoráveis ao desenvolvimento das colônias e em prol da defesa dos colonos, afinal, "só assim, o colono poderia viver e trabalhar em paz" (SILVA, 1977, p. 28), em detrimento da situação das populações locais. Em 29 de agosto de 1941 circulou a última edição em língua alemã, que levava o número 18, e logo a seguir o jornal deixa de circular.

Após a inauguração do SPILTIN, as práticas dessa agência são amplamente divulgadas pela imprensa brasileira. Neste contexto, na cidade de Blumenau, através dos jornais também se aborda a temática, quais eram os discursos produzidos sobre os índios, a constituição do SPILTIN e a prática do referido serviço na cidade e na região do Vale do Itajaí. Isso pode ser constatado a partir das publicações do jornal *Der Urwaldsbote*.

O SPILTIN, era estruturado a partir de uma diretoria geral e as inspetorias regionais, estas "responsáveis pela administração dos índios [...] instalavam-se as unidades responsáveis pela ação direta do Serviço junto às populações indígenas e aos trabalhadores nacionais [...]" (LIMA,

⁹ É importante ressaltar que no jornal pesquisado, em algumas de suas edições, também reproduziam notícias de outros jornais da região, de outros estados do país, reforçando suas interpretações sobre a questão indígena.

1995, p. 230). A implantação do órgão também foi uma tentativa de reduzir os conflitos que havia entre os colonos e as populações nativas, observando o Art. 2 do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, "Pôr em prática os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam terras dos índios e reciprocamente [...]" (BRASIL, 1910). Segundo Hoerhann (2005), tratando da prática do Serviço na região Sul do país, a ideia do SPILTIN era estabelecer um contato amistoso com os nativos, a fim de amenizar os ataques sofridos pelos imigrantes oriundos principalmente da Alemanha e Itália.

Em 27 de setembro de 1910, foi nomeado Inspetor do SPILTIN para Santa Catarina, o Tenente-Coronel José Vieira da Rosa. O jornal *Der Urwaldsbote* noticiou a chegada do Tenente Vieira da Rosa em Blumenau, como podemos ver em notícia na coluna Notícias Locais, intitulada "A catequese dos índios", em 23 de novembro de 1910:

Na sexta-feira passada chegou a Blumenau o tenente Vieira da Rosa, inspetor da repartição federal para proteção dos nativos, que apareceram no Freiheitshach: O senhor Vieira da Rosa autor do livro "Chorographia de Sta. Catarina" garantiu que o governo naturalmente se interessara tanto pela proteção dos colonos como dos índios. Estes seriam fixados o mais longe possível das regiões colonizadas no Rio Hertha colocados sob controle para aos poucos educa-los ao trabalho (A CATEQUESE..., 1910).¹⁰

Este, imediatamente após assumir o cargo, envia uma correspondência para o Marechal Cândido Rondon, que era o chefe do SPILTIN. Rondon orientava na carta que o trabalho do inspetor deveria começar com uma visita de avaliação do grau de adiantamento dos núcleos de população indígena. Carvalho (2009) ressalta que Rondon ainda enaltecia a prática de Rosa em procurar as autoridades estaduais para buscar apoio na empreitada do Serviço. E, reforçava na carta que sempre devia-se buscar terras já ocupadas pelos próprios indígenas em detrimento de áreas reduzidas para os aldeamentos.

Candido Rondon, de acordo Ribeiro (1962), quando foi convidado para assumir a chefia do

órgão federal de assistência para os índios, condicionou sua participação à aprovação do Governo Federal dos ideais positivistas de Auguste Comte para o SPILTIN. Essa perspectiva é endossada a partir da Carta a Vieira da Rosa:

A nossa missão sendo, não de catequese, mas sim de proteção, temos que respeitar escrupulosamente o gênero de vida e os hábitos de cada tribo. Tratando-as com amor procuramos captar-lhes a confiança e a amizade, por meio da qual elas virão a nós de modo próprio, até chegarem ao ponto de serem colocadas em Povoações Indígenas e estas transformadas, afinal em núcleos agrícolas de trabalhadores nacionais. Estas transformações se darão num espaço de tempo maior ou menos longo, conforme o estado dos espíritos em cada tribo e o tato com nos houvermos (CARVALHO, 2009, p. 114).

Nesse trecho anterior percebe-se a intenção de que o indígena teria ou poderia se transformar em um trabalhador nacional. Para mais, conforme Ribeiro, os positivistas tinham como base o evolucionismo de Comte, protegendo a liberdade dos povos indígenas, pois esperavam que, sem coações externas (apenas com assistência do Governo Federal), evoluiriam naturalmente (RIBEIRO 1986).

Assim, mesmo estando na fase fetichista, os índios poderiam, na interpretação que se fazia do positivismo no contexto brasileiro, progredir industrialmente. Já em março de 1910, Rondon havia encaminhado uma correspondência ao Ministro da Agricultura, Rodolfo Miranda, mencionando quais seriam os alicerces da política a ser implantada para as populações nativas, destaca a ideia de que os nativos deveriam evoluir naturalmente ao estágio positivo, reafirmando sua crença no positivismo, pois, em suas palavras, "[...] como positivista e membro da Igreja Positivista do Brasil, estou convencido de que os nossos indígenas deverão incorporar-se ao ocidente, sem que se tente forçá-lo pelo teologismo ...]" (VIVEIROS, 1958, p. 346-347).

Em novembro de 1911, o jornal traz na coluna de notícias locais, "as consequências da proteção indígena", relatando que um colono abandonou sua propriedade, pois foi saqueada pelos índios, e exclama: "[...] É assim a proteção que é dada

¹⁰ A CATEQUESE dos índios. *Der Urwaldsbote*, n. 42, 23 nov. 1910.

aos colonos! [...] Entrar na floresta e afugentar o bugre eles não devem [...] são muito sensíveis. [...] Desta maneira se fomenta a colonização [...]” (*Der Urwaldsbote*, 22 de novembro de 1911).

Ao longo do período pesquisado, também se descreve como era percebido o trabalho de Tenente Rosa como inspetor do Serviço, além de sugerir que os ataques dos nativos haviam aumentado nesse período, “Sobre a proteção indígena de Blumenau o “*Volkszeitung*” de S. Bento escreve”:

Se já uma vez um funcionário em seu cargo por excesso de entusiasmo se ridicularizou então por certo e o tenente Rosa na sua proteção indígena. Já há anos ele viaja de um lugar a outro para resguardar **este bando de malcriados** a punição merecida das pessoas que foram assaltadas por eles, e quanto mais ele viaja mais frequentes se tornam os ataques [...].¹¹

Ao final de 1911, a inspetoria do Rio Grande do Sul foi incorporada a existente em Santa Catarina. Sobre o contexto de transferir a inspetoria do RS para SC é preciso observar que o estado Sul-Rio-grandense, dentro do projeto político do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), já em 1908, portanto, antecipando o SPILTIN, vinha desenvolvendo uma política indigenista pautada nos ideais positivistas, o serviço de proteção aos nativos através da Diretoria de Terras e Colonização, organizando os toldos indígenas no RS (RODRIGUES, 2007).

Ainda é relevante destacar que apenas um toldo ficará sob jurisdição da União, o toldo Ligeiro em 1914. Diante disso, no relatório de 1912 do Serviço é citado que no Rio Grande do Sul, “já não há tribos a pacificar, estando todos os nativos nele residentes nas melhores condições para serem agremiados [...] só um inspetor basta”, tratando da pacificação e o estabelecimento de povoações indígenas em Santa Catarina e a continuidade do trabalho no Rio Grande do Sul. (RMAIC, 1912, p. 119 *apud* LIMA, 1995, p. 231). O *Der Urwaldsbote*, reproduz uma notícia do jornal “*Deutsche Zeitung*”, de Porto Alegre, referente à unificação:

O departamento indígena do nosso estado foi agora dissolvido de acordo com uma notícia pelo ministério da agricultura, agora, depois de

ter sido unido com o de Santa Catarina [...] Para a solução do problema indígena a malfadada ação do marechal Rondon nada contribuiu e sempre mais presente se torna a pergunta: como proteger os colonos contra os ataques assassinos dos selvagens ou semi selvagens?¹²

Na citação anterior a menção àqueles denominados semi-selvagens, pode ser interpretada como os povos indígenas que já estariam atravessando da fase fetichista para o estado positivo, a partir dos ideais que nortearam a política para os indígenas na república. Ainda é pertinente destacar que o jornal reforçava a interpretação de um veículo de outro estado em relação à crítica sobre o trabalho do SPILTIN e a preocupação com a proteção aos colonos.

Como já apontado o *Der Urwaldsbote* mantinha um discurso que enaltecia a colonização e os próprios colonos em detrimento das populações indígenas. O jornal publicou novamente uma notícia sobre a ineficiência do órgão referente àquilo a que chamavam “catequese leiga”, ou seja, a tentativa de civilizar o indígena a partir de ideais positivistas e, nessa notícia, publicada na segunda página do jornal, atestavam que, “estavam certos aqueles que desde o início declararam que a catequese leiga, nascido do infrutífero positivismo, continuaria sendo infrutífera. Foi uma experiência que não deu certo e que ao governo federal custou muito dinheiro [...]” (*Der Urwaldsbote*, 3 de janeiro de 1912).

Na notícia trazida acima, de janeiro de 1912, é interessante perceber que o jornal tinha como principal preocupação a proteção dos colonos no que tange o contexto de instalação do SPILTIN na região e, ainda questiona as práticas do órgão em meio aos indígenas, reproduzindo uma notícia do “*Jornal do Commercio*”, destacando a preferência quanto à catequese indígena, essa deveria partir da grande experiência das “ordens católicas”, essas “das quais algumas também atualmente no Brasil desenvolvem atividades com resultados positivos entre os índios” (idem).

Merece destaque também, que não se tenha encontrado referência direta à sigla SPILTIN, mas

¹¹ DER URWALDSBOTE. Blumenau, n. 48, 13 dez. 1911, grifo nosso.

¹² DER URWALDSBOTE. Blumenau, 13 mar. 1912.

fica clara a menção ao Serviço na citação acima. Aliás, é uma situação constante ao longo da pesquisa no veículo em questão.

Outro exemplo pode ser visto quando o *Der Urwaldsbote*, destaca os resultados da catequese em Santa Catarina após três anos de criação do SPILTIN:

[...] Nós vimos que neste tempo foi gasto muito dinheiro e nada foi alcançado. Nenhum índio conseguiu ser dominado e ser levado a civilização [...] Em verdade os colonos [...] até lhes é tirado o direito de autoproteção. Não podem ir a floresta armados, para proteger-se dos índios que rondam sua propriedade porque isto poderia "provocar" os senhores da floresta.¹³

Percebe-se ainda na passagem em questão novamente a insatisfação do referido jornal com a situação dos colonos, estes que nem poderiam se proteger dos índios, pois afinal eram "os senhores da floresta", A crítica, ia para além dos nativos, atingindo, agora os próprios funcionários do Governo Federal que, em vez de protegerem os colonos, conforme pretendia o *Der Urwaldsbote*, acabavam, de acordo com o jornal, gastando mais do que deveriam e protegendo somente os nativos, "os catequistas encobrem a verdade e com isto impedem o governo, que acredita em seus relatórios, tomar as medidas necessárias em relação as aldeias indígenas [...]", e além disso, ressalta que "esta medida custaria bem menos e declararia a catequese em Sta. Catarina como inútil. Naturalmente com isto os bem pagos funcionários do serviço de proteção também perderiam seus cargos [...]" (Idem). Sugestiona-se que os funcionários do SPILTIN estariam mais preocupados com os seus salários do que propriamente com a proteção ao índio.

Os indígenas são denominados como bugres, selvagens, selvícolas e também representados como "perigo vermelho". Estas identificações surgem ao longo do recorte temporal da pesquisa, e, frequentemente são apresentadas as dificuldades que os colonos enfrentavam em função da liberdade concedida aos nativos, remetendo-se ao serviço de proteção ao Índio: "Notícias Locais, de 31 de maio de 1911:

O perigo vermelho graças as medidas falhas do departamento de proteção ao índio se manifestou de tal maneira nas fronteiras dos municípios de Blumenau e Joinville, de que os colonos brancos não resta mais outra alternativa a não resta abandonar suas propriedades se o governo não tomar maiores e rápidas medidas para a proteção da colonização [...] Os bugres por diversas vezes muito atrevidos se mostraram em plena luz do dia, como se soubessem - e com certeza sabem - que os colonos nada podem fazer contra eles e que nem mesmo podem defender-se [...] No Desterro e no Rio, só se pensa na segurança destes simpáticos pelas vermelhas enquanto pelas dificuldades dos pobres colonos não se tem olho nem ouvido - assim não pode continuar.¹⁴

Em meio ao progresso que estava em marcha em todo país, no Vale do Itajaí, também as colônias floresciam e as frentes de colonização deveriam avançar. Para tanto, na imprensa também eram reproduzidas notícias, como a do Jornal "Novidades" de Itajaí, que confirmava a opinião expressa pelo jornal *Der Urwaldsbote* sobre o descrédito em relação ao SPILTIN, "Esta infeliz tolce humanitária do positivista Marechal Rondon, prefere sacrificar sangue dos brancos e trabalho alemão do que tocar num só cabelo dos amados vermelhos [...] Esperamos que o Marechal Rondon [...] acabe com esta loucura dos Rondonistas (*Der Urwaldsbote*, 18 de janeiro 1911).

As populações nativas estiveram presentes nos jornais de Santa Catarina nos primeiros anos do século XX, em especial no jornal *Der Urwaldsbote*. Portanto, a presente pesquisa vai ao encontro dos veículos como fonte documental e do nativo enquanto sujeito da notícia, visto que nem indígenas e nem imprensa se apresentam em contexto isolado. Neste recorte de espaço e tempo, são várias as relações que se estabelecem e diversos discursos são produzidos.

Considerações finais

As notícias veiculadas no período analisadas no Jornal *Der Urwaldsbote* teciam várias críticas em relação à proteção leiga aos indígenas no Vale do Itajaí e no estado de Santa Catarina, no contexto de criação e implantação do SPILTIN no Brasil. Nas

¹³ DER URWALDSBOTE. Blumenau, 5 nov. 1913.

¹⁴ DER URWALDSBOTE. Blumenau, 31 maio 1911.

páginas do veículo foi elaborado um discurso, este sendo reelaborado constantemente, sobre a ineficiência do Serviço de proteção ao índio na região, afirmando a incredulidade na prática dos ideais comteanos aos nativos.

A principal ideia anunciada em larga escala pelo jornal girava em torno da necessidade de proteção dos colonos contra os indígenas, uma vez que eram os "civilizados", representantes do progresso que estava em marcha na região e no país. Ao passo que os indígenas eram representados como seres inferiores, selvagens, assaltantes, violentos e improdutivos, portanto, "incivilizados".

Destarte, o projeto civilizacional para as populações nativas, promovido pelo SPILTIN, não traria benefícios para a sociedade da nacional, visto que eles não seriam incorporados ao processo de modernização no qual o país estava imerso. Como não poderiam estar aptos a serem designados trabalhadores nacionais, eram realizados gastos desnecessários com a proteção leiga aos indígenas. Nesse sentido, também eram reproduzidas notícias de outros jornais que corroboravam com as opiniões do *Der Urwaldsbote*.

A imprensa construiu discursos sobre as populações indígenas que foram respaldados em padrões culturais que não levaram em consideração as culturas nativas, ocorrendo um processo de invisibilização das sociedades indígenas, construindo-se percepções de época, que serão reelaboradas.

Referências

ALVES, Roselane Maria. *Se mostram os bugres: Abordagens da imprensa catarinense sobre o indígena (1900-1914)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BLUMENAU e a sua imprensa: Der Urwaldsbote (parte V). *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, v. 10, n. 8, 1969.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BRASIL. *Decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910*. Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1910.

BRASIL. *Decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911*. Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1911.

CARVALHO, Tarcisio Motta de. *Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2009.

COMTE, Auguste. *Catecismo Positivista – ou sumária exposição da Religião da Humanidade*. Tradução de Miguel Lemos. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1934.

DER URWALDSBOTE. Blumenau: 1893-1941. 1910-1914.

DER URWALDSBOTE. Blumenau, n. 42, 23 nov. 1910.

DER URWALDSBOTE. Blumenau, n. 96, 31 maio 1911.

DER URWALDSBOTE. Blumenau, n. 42, 22 nov. 1911.

DER URWALDSBOTE. Blumenau, n. 48, 13 dez. 1911.

DER URWALDSBOTE. Blumenau, n. 74, 13 mar. 1912.

DER URWALDSBOTE. Blumenau, n. 54, 3 jan. 1912.

DER URWALDSBOTE. Blumenau, n. 37, 5 nov. 1913.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. *O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: A Política Indigenista através dos relatórios (1912-1926)*. 2005. 125 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Editora da USP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

MENDES, Raimundo Teixeira. *A influência positivista no atual Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais*. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, Tip. do IPB, n. 334, jun. 1912.

ORDANDI, Eni P. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

O PROBLEMA do índio. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, v. 9, n. 2, 1968.

RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1962.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

RODRIGUES, Cintia Régia. *As populações nativas sob a luz da modernidade: a proteção fraterna no Rio Grande Do Sul (1908-1928)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte I). *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 41-73, abr. 1997

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. *O imigrante e a Floresta: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí-SC*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência Xokleng. Florianópolis: Editora Edeme, 1973.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEEGER, Anthony; CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. Terras e territórios indígenas no Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 101-113, 1979.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do SPI (Parte II). *Revista de História*, São Paulo: FFCH/USP, anos XI-XII, v. XX-XXII, n. 42-46, 1960-1961, p. 435.

SILVA, José Ferreira da. *A imprensa em Blumenau*. Florianópolis: IOESC, 1977.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: Imigrantes alemães e Índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2007.

Endereço para correspondência

Cintia Régia Rodrigues
Universidade Regional de Blumenau
R. Antônio da Veiga, 140, Campus 1, sala R-131
Itoupava Seca, 89030-903
Blumenau, SC, Brasil

Cintia Régia Rodrigues

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, RS, Brasil; professora do Departamento de História e Geografia e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau, (FURB), em Blumenau, SC, Brasil.